



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

O SOM DO PROTESTO SOCIAL NA INDÚSTRIA E A LUTA OPERÁRIA NA CANÇÃO CRÍTICA
DA VANGUARDA PAULISTA

Luciano Urizzi (Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP) - contato@lucianourizzi.com.br

Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Mogi das Cruzes, SP (UMC), pós-graduado em Design Gráfico pelo Senac-SP e mestrando em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Professor convidado do curso de Pr

O som do protesto social na indústria e a luta operária na canção crítica da Vanguarda Paulista

INTRODUÇÃO

Considerando que o espaço carrega histórias (Lefebvre, 2006; Sposito, 1998), pode-se dizer que as diferenças sociais urbanas são respostas de uma história carregada de exclusões.

Partindo do princípio de que só é possível determinar o presente a partir da existência histórica dos fatos em sua estrutura social (Santos, 1991), adotou-se como recorte neste estudo, as transformações sociais ocorridas na industrialização da cidade de São Paulo, entre os fins da década de 1970 e meados de 1980, a fim de compreender qual foi a relação da Vanguarda Paulista e a sua relevância na discussão do espaço urbano, nos conflitos sociais e nas lutas da classe operária.

Vale lembrar que, ao longo de todo o século XX, o país era alvo de profundas transformações sociais, econômicas e políticas. Com o golpe civil-militar de 1964, o Brasil experimentou um período de recrudescimento político com intensa repressão social. A promulgação do Ato-Institucional AI-5, em 1968, se tornou na materialização do controle que o governo militar exerceu sobre toda a sociedade brasileira. Entre os focos destas ações de repressão, observamos as violentas repressões quanto as atividades culturais e os movimentos estudantis. Enquanto a Europa e Estados Unidos experimentavam os novos pensamentos de contestação dos movimentos estudantis (movimento *hippie* nos Estados Unidos, a Primavera de Praga na República Tcheca, e o movimento estudantil francês), no Brasil ainda se discutia a cultura nacionalista-popular em oposição à cultura globalizada, que começava a dar seus sinais de força.

Assim, em meados da década de 1970, enquanto a sociedade civil brasileira começava a experimentar o processo chamado de “liberação”, apontado pelo pesquisador brasileiro Leonardo Avritzer (2012), também surgia uma sociedade cultural composta por artistas, músicos, jornalistas, intelectuais e estudantes, que para se adaptar ao sistema militar, procurava se manifestar por meio de caminhos alternativos e até mesmo, em certa medida, considerada como “marginal”. De fato, até na mesmo no conceito da primeiridade peirceana¹, se justifica toda ação que possa ser considerada como “não ideal” pelo governo militar: ou seja, tudo que é diferente, não é aceito no primeiro momento.

Heloísa Buarque de Hollanda (2004) ressaltou que nem mesmo após a anistia promulgada em 1979, as práticas opressivas do governo militar haviam se acabado. Para a autora, embora o início da redemocratização tenha estimulado que a juventude brasileira pudesse vivenciar de forma mais livre a

¹ Para Santaella (2002, p. 7), na semiótica do filósofo americano Charles Sanders Peirce, atribuiu a três categorias conceituais sobre a realidade humana. Entre elas, existe a Primeiridade, ou seja, a qualidade da consciência imediata é uma impressão (qualidade de sentimento) *in totum*, invisível, não analisável, frágil e que na maioria das vezes, causa para a sociedade, um certo “estranhamento” a tudo que ainda não é conhecido.

contracultura, ainda se percebia “uma certa recusa por parte dos jovens no sentido de aceitar o milagre econômico brasileiro”:

A anistia permitiu que os militantes exilados voltassem ao país, mas também impôs o esquecimento dos crimes de tortura cometidos pelos agentes do Estado e, numa inclusão a posteriori, os ‘atos de terrorismo’ de esquerda, crimes não diferenciados entre eles, portanto. A Anistia deveria ter como propósito ‘possibilitar o mínimo de convivência entre duas importantes frações da sociedade dilacerada’. Todavia, no Brasil, tal lei configurou-se mais como um arranjo precário entre duas frações opostas da chamada ‘elite’, pautado na imposição do esquecimento dos crimes cometidos pelos militares numa tentativa de manipulação [...] da memória pública (Hollanda, 2004, p. 107).

Para a historiadora brasileira Sonia Alem Marrach (2011), a classe artística e universitária passou a ter extrema relevância quanto aos hábitos e costumes da cultura no país, atuando como “a força mais viva da sociedade”. Por meio da música e das universidades, promoviam-se questionamentos sobre a vida urbana, a política e a cultura de modo geral.

Nos anos 1960, a universidade encontrava-se no centro da aventura modernizadora, que vinha se processando nos valores, no comportamento e nas formas de conduta. Ela deixou de lado a atitude contemplativa e passou a participar dos problemas da sociedade. Havia uma fermentação interna entre os estudantes e os professores mais jovens, que começaram a participar dos movimentos sociais, interessando-se pela cultura popular, pelo cinema, pelo teatro, pela música (MARRACH, 2011, p. 9).

A autora, atribui às metrópoles brasileiras do século XX, como as promotoras de uma produção musical que estimulava os questionamentos gerados pelos confrontos sociais e o acesso de novas tecnologias. Sem dúvida, o pensamento moderno da classe cultural via terreno fértil nas cidades metropolitanas, uma vez que proporcionavam o surgimento de novas linguagens artísticas e quebra de paradigmas estéticos, em meio ao caos de uma cidade fragmentada por seus problemas sociais e de urbanização. Mas, considera a cidade de São Paulo, como o principal espaço promotor de uma produção musical que estimulava os questionamentos gerados pelas mazelas da sociedade:

Diferentemente do Rio de Janeiro dos anos 1950, cantado em suas belezas naturais pela bossa nova, a cidade de São Paulo é cantada com certa melancolia e com espírito crítico. Isso não acontece somente em São Paulo, mas também no Rio e em outras cidades brasileiras, pois a partir de meados dos anos 1960, a violência e a brutalidade emergem de forma avassaladora e passam a conviver abertamente com a beleza, a sensualidade e a aparente cordialidade brasileiras, aguçando o medo e a sensação de desconforto ou mal-estar. Esse mal-estar do indivíduo, o desencontro entre o indivíduo e o outro, o indivíduo e a cidade, o indivíduo e o país, o indivíduo e a aldeia global, toca a todos, seja por causa da injustiça fácil, da desigualdade, da violência, da exclusão, da especulação imobiliária etc.; e se reflete na música popular brasileira (MARRACH, 2011, p. 12-13).

Do mesmo modo que o geógrafo e urbanista britânico Peter Hall (1995) descrevia a “Cidade da Noite Apavorante” acerca das insalubres cidades europeias do século XIX, também o historiador, José Adriano Fenerick (2003)

acrescentou que:

Surgida, aglutinada e ouvida preferencialmente em São Paulo, essa geração de músicos se ligou profundamente à capital dos paulistas, cantando sua paisagem metropolitana e descrevendo detalhadamente seus tipos urbanos. Mas a São Paulo que emerge de suas canções, ao contrário da memória “edificante” da cidade que “não pode parar”, construída ao longo de décadas anteriores, é uma cidade sombria, triste, decadente e retificada (FENERICK, 2003, p. 253).

Assim, verifica-se na metrópole de São Paulo, diversos movimentos que tinham como característica, a crítica com relação ao governo, à cultura oficial (já consolidada pela sociedade no fim da década de 1970). Entre estes movimentos, surge um movimento de contracultura, que vai questionar não só as questões políticas, sociais e econômicas, como também a própria ação das esquerdas já consolidadas². A Vanguarda Paulista, nascia de uma geração que na opinião de Fenerick (2003), se apresentava muito distante dos antigos discursos esquerdistas:

Na esteira da *frustração* e *decepção* geral que se abateu no campo das esquerdas, por não ver concretizada a “revolução social” (...), ou mesmo pelo fato da não concretização das tão sonhadas ‘reformas de base’ da sociedade brasileira, cuja qualquer possibilidade havia sido destruída pelo golpe de 1964, essa nova geração de músicos irá demarcar seu distanciamento crítico em relação à geração anterior” (Fenerick, 2003 p. 248).

A fim de explicar melhor o surgimento da Vanguarda Paulista, Fenerick (2003), comenta que:

São Paulo é uma cidade vinculada com o *novo*. Desde, pelo menos, a Semana de 1922 a Capital dos paulistas vem se posicionando na *vanguarda* dos acontecimentos culturais do país. Na perspectiva de alguns autores, a centralidade urbano-industrial de São Paulo em relação ao resto do Brasil, e a consequente metropolização-cosmopolita, criou nesta cidade condições favoráveis para diversas experimentações. Assim, a cidade reivindica, para citar apenas as décadas de 1950 e 1960, o surgimento do Concretismo, do Tropicalismo (apesar de liderado por baianos, alguns dos acontecimentos mais marcantes deste movimento ocorreram em São Paulo), da vanguarda musical erudita (Música Nova), da Jovem Guarda entre outros. Mais do que isso, a cidade, principalmente a partir dos anos 1950, exala uma espécie de ‘culto à renovação’. Assim, é preciso salientar que a expressão *Vanguarda Paulista* foi uma criação da imprensa de São Paulo no início dos anos 1980, muito possivelmente imbuída deste espírito *vanguardista* que vem acompanhando a cidade há décadas. Sob este *rótulo* procurava-se aglutinar músicos com diferentes propostas estéticas e de trabalho, tais como: Arrigo Barnabé e Banda Sabor de Veneno; Itamar Assumpção e Banda Isca de Polícia; os grupos Rumo, Premeditando o Breque (Premê) e Língua de Trapo, além de mais alguns nomes a eles ligados, como Ná Ozzetti, Susana Salles, Eliete Negreiros, Vânia Bastos, Tetê Espíndola, para citar

² Para Fenerick (2003, p. 251), apesar de diversas críticas, a Vanguarda Paulista se colocava no campo progressista da esquerda, mas sem perder de vista seu referencial crítico à essa mesma esquerda. Tratava-se, de fato, de uma *nova esquerda*, cujo paradigma passava a ser o então recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT), e não mais os Partidos Comunistas (PCB e PC do B), novamente legalizados nos anos 1980 após a distensão do regime militar.

apenas algumas das intérpretes que posteriormente obtiveram um relativo sucesso de público (FENERICK, 2003, p. 242).

Entre os músicos e bandas citadas acima, uma delas se torna foco da nossa discussão por ter em suas músicas a crítica bem-humorada que marcou toda uma geração de estudantes. O grupo Língua de Trapo foi formado em 1979, a partir de um núcleo de alunos que se reuniam nos corredores da Faculdade de Comunicação da Faculdade Casper Líbero, SP. Situada numa das avenidas mais importantes da cidade, a “Cásper”, como é chamada, também integra em seu prédio a rede de rádio e TV Gazeta. Mas foi na Rua Teodoro Sampaio, no bairro de Pinheiros que o grupo passou a fazer suas apresentações: no Teatro Lira Paulista, espaço conhecido na época entre os jovens universitários.

Nos estudos apresentados em sua dissertação de Mestrado, Cristiano da Silva Amadeu (2017), definiu que o grupo Língua de Trapo, fazia uma espécie de “crônica política musicada”, num momento em que o país passava pelo processo de redemocratização, após duas décadas de ditadura militar. Assim, o grupo demonstrava uma preocupação com temas ligados ao cotidiano das grandes cidades, cujos personagens de suas músicas representavam o povo:

A obra musical da banda Língua de Trapo é repleta de uma pluralidade de significados peculiar dentro da história da música popular brasileira. Ao longo dos mais de 35 anos de carreira o grupo ocupa uma posição de destaque no cenário *underground*. Desenvolveu um estilo próprio, original, tendo como fonte principal de suas críticas a política brasileira. Não se propunha necessariamente a inovar num gênero musical, mas se apropriar dos já existentes e desconstruí-los a partir do riso (...) O diálogo com o teatro, a simbiose com o jornalismo, o pastiche, o humor ácido e as performances provocativas, se tornariam uma marca registrada desta trajetória satírica musical. O Língua de Trapo foi um dos primeiros grupos a redesenhar o humor em fins da década de 1970. Demarcando seu território a partir de circuitos alternativos, possuía um público devoto que lotava os shows. O objetivo não era apenas fazer rir, visava denunciar, escancarar, escandalizar, apontar os problemas do país. Este humor se destinava a uma causa, prestava um serviço, cumpria uma função social, criava um consenso de resistência. Esta banda formada de estudantes universitários expressava por diversas linguagens artísticas a insatisfação política de uma geração que consciente de sua energia transformadora, não se subordinava aos ditames autoritários do governo, nem compactuava com os valores morais da camada conservadora da sociedade (AMADEU, 2017, pag. 9).

Dos seus cinco discos gravados em estúdio, o que nos interessa no presente estudo é justamente o seu primeiro trabalho, lançado pela Continental e produzido pelo selo Lira Paulistana, no ano de 1982. A formação do Língua de Trapo na época da produção e gravação do disco contava com os integrantes: Laert Sarrumor (voz), Pituco Freitas (voz), Lizoel Costa (guitarra, violão e viola), Sérgio Gama (guitarra, bandolim, cavaquinho e voz), Luiz (baixo, violão e voz), Fernando Marconi (bateria e percussão) e Ademir Urbina (percussão e voz) (Figura 1).



Figura 1 - Imagem fotográfica do grupo Língua de Trapo, capa e contracapa do primeiro disco.
Fonte: Letras (2021)

Entre as músicas presentes no disco, uma delas foi escolhida como objeto de análise, justamente por questionar o processo de industrialização no país e a forma opressora que conduzia o trabalhador à alienação: “Xote Bandeiroso” é uma composição que relata a saga de Severino, um imigrante nordestino que veio para a cidade grande trabalhar na indústria. A letra da representa os problemas da alienação operária, suas relações com o trabalho repetitivo e mal remunerado. Cansado de ser explorado, o personagem vai tomando consciência política até tornar-se um líder de movimento sindical. Neste aspecto, Amadeu (2017) analisa que embora não estivesse nomeado na canção, tratava-se do ex-presidente da República do Brasil, Luiz Inácio da Silva, Lula, que na ocasião, era ainda líder de movimento sindical:

Não por acaso, esta proximidade da banda com o PT se deve ao fato de ser um partido ligado aos movimentos e protestos do final da década de 70 e início dos anos 80. E a discussão sobre as esquerdas que vai marcar algumas canções do grupo, também vai de encontro aos debates que se travavam inclusive dentro do PT, sobre as diversas concepções partidárias que se apresentavam. E uma das opções do partido foi se tornar um partido de mobilização em massa e de ação social, o que o aproximou de manifestações autônomas de expressões artísticas, uma parceria necessária que ampliou as oportunidades de atuação (AMADEU, 2017, p. 39).

Baseada nas discussões acerca dos estudos sobre os processos de industrialização na cidade de São Paulo; da exploração da indústria sobre o trabalho assalariado e dos movimentos sociais, a presente metodologia norteou-se por meio de uma revisão de literatura relacionada aos temas, com foco nas manifestações da Vanguarda Paulista e nas críticas do grupo Língua de Trapo.

A análise recai sobre a música “Xote Bandeiroso”, mas ao invés de apresentar a letra na sua ordenação original, optou-se por dividi-la em três partes, sendo que cada uma delas pretende discutir de que modo a saga do personagem nordestino Severino dialoga com as questões da produção do espaço urbano, a serem vistas: a primeira parte, reúne letras da música relacionadas com a formação das cidades no capitalismo industrial e as tensões geradas pela exploração do trabalhador; a segunda parte, discute o processo migratório no território das grandes metrópoles; e por fim, a terceira parte apresenta um panorama da reação das classes operárias frente à exploração das indústrias e os movimentos sociais.

O ESPAÇO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NAS CIDADES INDUSTRIAIS

Ai! Meu Deus!
Essa máquina aperreia
Coro: “Que aperriação”
Passo o tempo trabalhando,
Em completa agonia
Em total escravidão (...)

Trabalhando noite e dia,
Nem sabia que existia
O índice de produção
Os “omi” lá da indústria,
Era cheio de astúcia
E de muita ilustração
O patrão apoquentava
E quanto mais eu trabalhava
Menos eu tinha razão.
(Língua de Trapo, Xote Bandeiroso, 1982)

Não é de hoje que a discussão acerca do espaço urbano nas cidades vem sendo motivo de diversos estudos. Desde os estudos de Friedrich Engels (1886) sobre a condição da classe operária britânica, publicados em 1845, Maurice Dobb (1983), Peter Hall (1995), de David Harvey (2014) até autores mais contemporâneos como Maria Encarnação Sposito (1988), Csaba Deák (1991) e tantos outros, a reflexão sobre as origens das cidades industriais, seus problemas de ocupação do espaço urbano e a relação com o capitalismo, têm sido alvo de diversas discussões e análises. Independente do seu tempo, ambos os autores comungam do princípio de que é nas cidades que o capitalismo se desenvolveu. Como bem descreveu Sposito (1988, p. 9) ao se referir que a cidade é o “território-suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção”. O trecho da música selecionada para abrir esta seção representa o processo de exploração da indústria em relação ao trabalhador, que ao sair da sua região – no caso, o Nordeste, – se encontra numa situação de pressão e exploração. Assim, partindo do princípio lefebvreano³ de que o capitalismo precisa do espaço para sua reprodução, são nas cidades que a indústria vai encontrar o território ideal para a sua fixação. Este princípio pode ser observado também pelo geógrafo britânico David Harvey (2014) que aponta a dependência do capitalismo em relação à urbanização:

As cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro

³ Para Lefebvre, o capitalismo se manifesta nas relações sociais (de produção e reprodução) através do espaço a partir da reprodução biológica (a família), da reprodução da força de trabalho (a classe operária) e da reprodução das relações sociais de produção da sociedade capitalista. (LEFEBVRE, 2006, p. 35).

acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (HARVEY, 2004, p. 30).

É também com o crescimento das cidades que os problemas sociais vão sendo percebidos, decorrentes da subordinação da produção ao capital e, como consequência, de uma grande demanda de mão-de-obra. Para o economista britânico Maurice Dobb (1983, p. 103), esta relação torna-se uma “linha divisória entre o antigo modo de produção e o novo” e também justifica o adensamento da classe trabalhadora às margens da indústria. Afinal de contas, como aponta o autor, a própria “capacidade de reprodução” do proletariado, ou seja, a sua taxa natural de crescimento, supriria a necessidade crescente da indústria (DOBB, 1983, p. 161). O autor ainda conclui que a força de trabalho não necessita apenas existir, ela precisa “mostrar-se disponível em quantidades adequadas nos lugares onde mais fosse necessária, e, para isso, a mobilidade da população trabalhadora surgia como condição essencial” (DOBB, 1983, p. 196). O rápido crescimento das cidades e a falta de infraestrutura deram início ao que o professor e urbanista Csaba Deák (1991, p. 7) apontou como “processo de encortimento” dos centros urbanos, principalmente próximos às fábricas. Segundo o autor, o Estado não tinha controle sobre a aglomeração que acontecia espontaneamente nas cidades. “A aglomeração também acontecia no âmbito do Capital, que enriquecia desenfreadamente às custas do trabalho quase escravo, que acontecia nas fábricas”.

De volta à letra da música, “Severino”, o protagonista da música, menciona: “o patrão apoquentava, quanto mais eu trabalhava, menos eu tinha razão”, que nos faz entender como o espírito capitalista necessita da força de trabalho e do controle de seus trabalhadores. Assim, a meritocracia, apoiada em estímulos para a produção, impunha regras de produtividade extrapoladas, evidenciando-se ainda mais os problemas das relações trabalhistas.

A INDÚSTRIA EM SÃO PAULO, O TRABALHO E AS MIGRAÇÕES

(...) Mas eu já nem penso mais
Em voltar pro meu sertão
Coro: “Nhanhã, em voltar pro meu sertão”

Quando eu vim lá do Nordeste,
Eu era cabra da peste
Patolá e folgazão.

(...) Eles vinha e dizia:
Severino, seu destino
É ser o orgulho da Nação
Se mostrar para o Brasil,
Inté na televisão

Hora extra, mais apreço
Tudo isso a baixo preço
Era a competição
E entonce eu fui eleito
O Operário Padrão
Coro: “Nhanhã, o Operário Padrão”

(Língua de Trapo, Xote Bandeiroso, 1982)

A reunião dos trechos acima, indica o processo migratório proveniente de outras regiões do país. No caso deste estudo, aponta-se a região nordestina, cuja população carente de trabalho, parte em busca para a região sudeste, mais precisamente a cidade de São Paulo, que na ocasião já se apontava como o principal eixo econômico do Brasil. De acordo com Santos (1993, p. 54), entre 1970 e 1980, a Região Metropolitana de São Paulo tinha o maior poder de atração, recebendo sozinha, 17,37% do total de migrantes do País. Fixando-se o mais próximo possível do local de trabalho, tal população tinha que enfrentar um duro processo não só de readaptação ao novo ambiente urbano, como também ao árido sistema capitalista de produção. O cientista político brasileiro Lúcio Kowarick (1980, p. 49) apontou que mesmo assim, esta população preferiu se manter condicionada à nova realidade da “cidade grande” do que ter que voltar a encarar as dificuldades que deixou na sua terra de origem. “Não obstante a situação de pobreza e a crescente deteriorização das condições urbanas, para muitos que vêm de outras regiões do Brasil, a fixação na Grande São Paulo representou uma melhoria econômica e social”. Assim, as cidades passam a ser um cenário marcado por rearranjos identitários, tensões e conflitos sociais, que por muitas vezes, são registradas em canções.

Desde o período chamado “Milagre Econômico Brasileiro”, no fim dos anos 60 e início dos anos 70, já se tornava mais evidente a exploração do trabalho assalariado – principalmente dos operários – para justificar o desenvolvimento econômico, o aumento da industrialização no Brasil, bem como o crescimento do PIB. Kowarick (1980) inclusive, questiona este tipo de milagre que ao apresentar uma aceleração no crescimento econômico, exclui a maioria da classe trabalhadora:

Na presença de uma vasta reserva de mão-de-obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho submetida a jornadas de trabalho prolongadas e as espinhosas condições urbanas de existência tornam-se possíveis na medida em que a maior parte da mão-de-obra pode ser prontamente substituída (KOWARICK, 1980, p. 42).

Na medida em que São Paulo se configurava como metrópole, originava-se a transformação da consciência urbana moderna da sua população. Porém, na visão de Kowarick (1980, p. 42), este é apenas um dos lados da cidade que, em oposição ao crescimento econômico, esteve também interligada ao efeito de pauperização da classe trabalhadora: “Um exame da Grande São Paulo pode iniciar-se com uma visão da metrópole em seus aspectos físico-espaciais, para depois detectarem-se os processos (desordenados) que estão por detrás deste conjunto de aparências”. Santos (1993, p.95), também atribui o processo de urbanização de São Paulo de forma desigual, cujas características espaciais de uma “urbanização corporativa” – periferação da população, infraestrutura carente nos serviços de saneamento básico, transportes públicos, especulação imobiliária – são elementos que sustentam não só o crescimento urbano como também se materializa na favelização e no aumento da pobreza. Kowarick (1980, p. 53) acrescenta que “É o capital – e não a sua força de trabalho – que deteriora a vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro”.

Vale ressaltar que o processo migratório e o decorrente crescimento desordenado da periferia de São Paulo não só dividiram a cidade em muitas outras, distantes e isoladas, como também foi criando uma consciência crítica por parte da sua população acerca dos problemas que enfrentavam. Afinal de contas, como argumenta Harvey (2014), “A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro”. Deste modo, a classe trabalhadora, assim como outros segmentos da população, começavam a manifestar sua indignação frente aos diversos problemas que enfrentavam.

CONSCIÊNCIA DA LUTA DE CLASSE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ai! Meu Deus!
O mundo dá tantas voltas
Coro: “Velho mundão”
Na conversa com os amigo,
Eu fui vendo os perigo
Recebendo informação
E hoje eu nem
Quero lembrar
Dos tempo de servidão
Coro: “Nhanhã, dos tempos de servidão”

Minha vida de pelego
Se mudou c'o desemprego
C'os tempos de recessão
A fome foi apertando
E em cada emprego que arrumava
Mudei minha posição
Da imprensa perdi o medo,
Na prensa perdi o dedo,
Fui ganhando instrução
Sempre bom cabra-da-pestes,
Botei medo na Fiesp
Firme na negociação
Eles ainda me dizem:
Severino, bom menino, deixa de subversão
Tu acaba na cadeia,
Teu lugar é no formão

Mas eu tenho confiança
Que esse Brasil-criança um dia inda vai ver
Cada um se eleger
O Operário Patrão
(Língua de Trapo, Xote Bandeirado, 1982)

Este trecho da música se refere ao processo de desalienação que Severino vai sofrendo à medida em que toma consciência do seu valor enquanto indivíduo, seu trabalho e sua disposição em lutar pelos interesses da sua classe operária. Era um período em que o Brasil se organizava pelas lutas sindicais e

pelos movimentos sociais cuja manifestação retomava ao processo democrático, reivindicando reformas sociais por parte do Estado.

Apesar de Kowarick (1980), considerar que os conflitos sociais "têm aflorado de maneira intensa em vários momentos da história brasileira", o autor lamenta o fato do povo brasileiro ser naturalmente "conformista, pacífico e passivo", sofrendo deste modo, maior controle do Estado sobre as iniciativas sociais e políticas das classes populares. A este efeito de "amorfismo social", Kowarick (1980) atribui ao fato de que as camadas populares não se mobilizam na defesa dos seus direitos mais básicos, como transportes, habitação, saneamento etc. Ao comparar a sociedade brasileira com alguns países avançados, "verifica-se que a participação em associações voluntárias é extremamente baixa. Poucos são os que participam de associações de bairro, grupos profissionais ou sindicatos e partidos políticos".

Assim, desde os desmandos do patronato até os problemas de acidentes no trabalho, passam ter relevância nas discussões de classe. Na letra da música, quando o protagonista da música, perde o dedo na prensa, este alerta para os graves acidentes no trabalho que ocorriam com frequência. Neste sentido, Kowarick (1980), argumenta que:

É também sintomático o acentuado aumento de acidentes de trabalho que ocorrem no Brasil. O Estado de São Paulo, longe de fugir à regra, concentra grande proporção de acidentados [...] Novamente, parece viável inferir que por detrás destes recordes de escala mundial estão o uso e o abuso com que o capital tem submetido os trabalhos no processo produtivo [...] Dentro da fábrica, estão associados à monotonia dos gestos repetitivos da produção parcializada, que requer atenção concentrada, pouca memória, nenhuma imaginação e grande esforço físico através das jornadas de trabalho prolongadas em que o ritmo de produção é extremamente acelerado; e fora da fábrica ligam-se ao tempo de deslocamentos, à subnutrição e ao próprio nível de saúde, processos que redundam, em última análise, na intensa fadiga do operário (KOWARICK, 1980, p. 47-48).

Foi um período em que o Brasil se organizou pelas lutas sindicais e pelos movimentos sociais cuja manifestação havia sido retomada pelo processo democrático, reivindicando reformas sociais por parte do Estado. De fato, a partir da década de 1970, verificou-se um momento em que a sociedade civil passa a ter relevância neste processo de transição política. De acordo com Dobb (1983), tratando-se especificamente aos movimentos ligados aos interesses das classes trabalhadoras:

Aproximavam-se os anos em que o movimento sindicalista iria sofrer uma expansão tanto em números quanto em poder, em moldes que nenhuma época anterior testemunhara, e atingir uma posição de influência sobre o funcionamento da indústria totalmente sem precedente (DOBB, 1983, p. 228).

Após um longo período de ilegalidade no regime militar, os movimentos sociais de esquerda, sentiram a necessidade se aproximar das classes mais populares. Para este fim, o Partido dos Trabalhadores surge na luta contra o arrocho salarial que vinha sendo praticado pelos governos autoritários. Aliás, ao analisarmos um trecho da música, embora este estudo não tenha encontrado relatos que comprovem esta hipótese, talvez possa existir uma certa intenção em reproduzir na letra da música a trajetória de vida do líder sindical do Partido

dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, que além de ter perdido o dedo (assim como o nosso personagem Severino) tornou-se um tempo depois um exemplo de “operário patrão” ao eleger-se presidente do Brasil.

O cientista político brasileiro, Leonardo Avritzer (2012, p. 386) aponta que o processo migratório de deslocamento do campo para a cidade e por consequência, a fixação dessa população de baixa renda em regiões isentas de serviços públicos e condições dignas de qualidade de vida, fez com que surgisse diversas organizações que passaram a lutar por melhores condições de vida, originando assim, a sociedade civil brasileira. É um período em que o Brasil se organizou pelas lutas sindicais e pelos movimentos sociais, cuja manifestação retomava ao processo democrático reivindicando reformas sociais por parte do Estado. De fato, a partir da década de 1970, se observa um momento em a sociedade civil passa a ter relevância neste processo de transição política. Para Dobb (1983, p. 228), tratando-se especificamente aos movimentos ligados aos interesses das classes trabalhadoras: "o movimento sindicalista iria sofrer uma expansão tanto em números quanto em poder, em moldes que nenhuma época anterior testemunhara, e atingir uma posição de influência sobre o funcionamento da indústria totalmente sem precedente". Assim, desde os desmandos do patronato até os problemas de acidentes no trabalho, passam ter relevância nas discussões de classe.

A socióloga brasileira Maria da Glória Marcondes Gohn (2004), defende que o período mais rico da história do país, no que diz respeito aos movimentos sociais inicia-se na metade da década de 1970:

O período de 1975 a 1982 é um dos mais ricos da história do Brasil no que diz respeito a lutas, movimentos, e sobretudo, projetos para o país construídos pela união de forças sociopolíticas emergentes. Ele corresponde a uma fase de resistência e enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua capacidade de legitimação perante a sociedade devido ao quadro econômico que se esboçava deste 1973 com a chamada crise do petróleo, com a retomada vagarosa da inflação e com o desmonte das facilidades de consumo destinadas às classes médias durante a fase do chamado ‘milagre econômico’ [...] Em 1976 é dada a partida do Movimento pela Anistia, que foi, ao lado dos movimentos grevistas do ABC paulista de 1978, a principal luta social da década. Isto se comprova pelo peso que tanto a luta pela anistia quanto as mobilizações operárias assumiram, na correlação das forças políticas vigentes, na direção das mudanças que vieram a ocorrer no final de década. São Paulo foi um dos principais palcos desta luta [...] O Movimento Estudantil ressurgiu no bojo das lutas pela redemocratização no país, desempenhando papel importante com suas greves, manifestações e passeatas (GOHN, 2004, p. 7).

Gohn (2004), aponta ainda que nos anos 80 os movimentos e lutas sindicais se intensificaram, como por exemplo, o Movimento Diretas Já, em 1984, considerado pela autora, o maior movimento ocorrido no Brasil no século XX. Os pesquisadores Lavallo & Szwako (2015, p. 390), acrescentam que o período entre 1985 e 1988 foi “um divisor de águas na política brasileira”, momento em que o país teve a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e também elaborou a sua nova Constituição, elementos que puderam estimular importantes movimentos da sociedade civil como a CUT (Central Única de Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

Porém, mesmo com o aumento dos movimentos sindicais, Kowarick (1980, p. 22) lamenta a passividade e conformismo do povo brasileiro, que muitas vezes, permite que o Estado exerça um controle sobre as iniciativas sociais e políticas das camadas populares. A este efeito de “amorfismo social”, o autor atribui ao fato de que as camadas populares não se mobilizam na defesa dos seus direitos mais básicos, como transportes, habitação, saneamento etc. Ao comparar a sociedade brasileira com alguns países avançados, “verifica-se que a participação em associações voluntárias é extremamente baixa. Poucos são os que participam de associações de bairro, grupos profissionais ou sindicatos e partidos políticos”.

Acerca dos problemas sociais que ainda persistem na atualidade, Dobb (1983), lamenta que:

No mundo contemporâneo, os direitos de propriedade divorciados da atividade social são mundialmente desprezados e se encontram na defensiva, enquanto a classe trabalhadora por toda parte surge mais forte, mais consciente de sua força e mais resoluta do que em qualquer outra ocasião. A visão de um futuro rico em promessas, desde que o poder produtivo tenha sido posto pela comunidade a serviço do homem, começou a iluminar os espíritos com nova fé e esperanças novas. Embora alguns certamente tentem fazê-lo, o relógio não se atrasa facilmente, seja para o capitalismo do século XIX, seja para o capitalismo da década de 1930 (DOBB, 1983, p. 275)

O que nos parece evidente é o fato da repetição que vem ocorrendo entre as relações de poder nas sociedades. Do mesmo modo em que Engels (1986) percebe que o contingente de desempregados da Inglaterra do século XIX eram tidos como responsáveis pela sua própria condição de vida, a filósofa brasileira Marilena Chauí (2006) lamenta que os menos favorecidos do mundo contemporâneo também são apontados como uma população que se quer negar, onde poucos são aqueles que realmente podem “desfrutar de uma série de privilégios”:

Há, portanto, uma cisão no interior de nosso tecido social, mas essa fratura jamais é defrontada: O número de acidentes de trabalho e de desempregados não nos espanta. A ‘indústria da seca’ e o flagelo das migrações não nos espantam. Em contrapartida, odeia-se o analfabeto, o desempregado, o sem-teto, a criança abandonada, a prostituta, o encarcerado, o migrante, considerados culpados por sua condição. A mescla de indiferença, desprezo e ódio – a violência da ‘banalização do mal’ – produz um efeito reforçador do mito: identificamos nossa não violência pelo ‘amor à ordem’, isto é, pelo temor pânico dos conflitos sociais. Greves, passeatas, movimentos sociais, movimentos populares, eleições, longe de fazerem parte de um cotidiano democrático (pois a democracia é o único regime político que considera o conflito legítimo e realiza o trabalho dos conflitos), surgem como ‘crise’, ‘perigo’, ‘subversão da ordem’, violência. Em suma, toda luta por direitos aparece como intolerável e perigosa porque põe em questão privilégios cristalizados. Assim, por uma terrível inversão ideológica, o mito da não violência transforma a luta por direitos em violência (CHAUÍ, 2006, p. 136).

Para o jornalista uruguaio Raúl Zibechi (2007), independente de qual seja a origem territorial, os movimentos sociais partem sempre das mesmas questões, ou seja, no caso das populações latino-americanas, o autor afirma que:

Há que se observar nos movimentos mais significativos (sem terra e Seringueiros no Brasil, indígenas equatorianos, neozapatistas, guerreiros da água e cocaleiros bolivianos e argentinos desempregados), apesar das diferenças espaciais e temporais que caracterizam seu desenvolvimento, têm características comuns, pois respondem a problemas que afetam todos os atores sociais do continente. Na verdade, eles fazem parte da mesma família de movimentos sociais e populares (ZIBECHI, 2007, p.22).

Diante deste cenário, os pesquisadores Dennis Oliveira e Fabiana F. A. Silva (2020, p. 258), defendem a necessidade da existência de uma demanda de ação política – que não as existentes por vias tradicionais –, mas sim “uma expressão política para além da estrutura da esfera pública tradicional da sociedade capitalista”. Assim, incentivados por uma perspectiva de um progresso e melhoria de vida, o ser humano globalizado da sociedade tecnológica, vem exigir para si, conforme definem os autores, “as benesses do progresso”, materializados no patrimonialismo. Neste sentido, Harvey (2014) faz um alerta sobre o problema de que a sociedade contemporânea está mais orientada pela ética neoliberal individualista do que para o coletivo, efeito este que tende a minar o desejo da sociedade pelas lutas de classe:

É um mundo em que a ética neoliberal do intenso individualismo, que quer tudo para si, pode transformar-se em um modelo de socialização da personalidade humana. Seu impacto vem aumentando o individualismo isolacionista, a ansiedade e a neurose em meio a uma das maiores realizações sociais (pelo menos a julgar por sua gigantesca escala e pelo fato de ser quase onipresente) já criadas na história humana para a concretização de nossos mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 47).

Novamente Oliveira e Silva (2020, p. 250), porém, levantam a questão apontada pelo sociólogo francês Alain Touraine de que ainda possa haver movimentos sociais no mundo contemporâneo: “Embora possa parecer enfraquecida diante da realidade contemporânea, não deve ser descartada e, mais ainda, que deve ser buscada a constituição de um campo conceitual que articule tanto esta ideia clássica de movimentos sociais com a de movimentos culturais e morais”. Os autores acreditam ainda na possibilidade de se construir caminhos que apontem para uma dimensão relacional “menos instrumental e funcional” para uma dimensão “mais afetiva”, pautada numa dinâmica coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte-se do princípio proposto por Harvey (2014) de que a cidade é o mundo criado pelo homem e que por sua vez, é o mundo em que ele está condenado a viver. Cabe-nos uma reflexão de qual seria o melhor mundo para se viver. Da forma apresentada rapidamente neste estudo, percebe-se que historicamente existe uma luta constante de poder e acumulação material e que esta forma de apropriação do capital vai aumentando cada vez mais as diferenças entre os indivíduos, gerando enormes descontentamentos. E mais uma vez recorrendo ao autor, não seria mais recomendável que o direito à cidade

deveria ser muito mais coletivo do que individual? “É o direito de mudar e reinventar a cidade. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades”.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política*. Opinião Pública, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

AMADEU, Cristiano da Silva. *Humor e contestação: fala língua de trapo que da tua língua eu não escapo*. 2017. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. Fundação Perseu Abramo, 2006.

DOBB, Maurice Herbert. *A evolução do capitalismo*. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

DEÁK, Csaba. A cidade: do burgo à metrópole. *Revista Espaço e Debates*, v. 11, n. 34, 1991.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.

FENERICK, José Adriano. Outros fins e outros sons: a metrópole e a Vanguarda Paulista. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 4, n. 08, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Os movimentos e as lutas no período de 1964 a 2004 em São Paulo. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HOLLANDA, H. B. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, e. 5, 2004.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Editora Paz e Terra, 1980.

LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

MARRACH, Sonia Alem. *Música e universidade na cidade de São Paulo: do samba de Vanzolini à Vanguarda Paulista*. Editora UNESP, 2011.

OLIVEIRA, Dennis. SILVA, Fabiana F. A. Movimentos Sociais: Proposta de uma conceituação Decolonial Latino-americana. In: *Estudos Transdisciplinares em tempos de Terra em Transe: ambiente, sociedade e pandemia*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2020.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. Cengage Learning Editores, 2002.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

———. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. Geografia Contexto, 1988.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. San Marcos: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

LETRAS. *Xote Bandeiroso. Língua de Trapo*. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/lingua-de-trapo/160988/> Acesso em: 21 de maio de 2021.